

Intelectuais, capitalismo e luta de classes

MICHEL GOULART DA SILVA*

Resumo:

Neste ensaio pretendeu discutir a produção ideológica de intelectuais em sua relação com a sociedade capitalista, apontando elementos relacionados à ditadura iniciada com o golpe de 1964. Procura-se demonstrar como as posições políticas e ideológicas desse segmento se liga às relações de produção da sociedade. Parte-se do referencial teórico marxista acerca dos intelectuais e de sua relação com a sociedade.

Palavras-chave: Intelectuais; Ditadura; Luta de classes.

Intellectuals, capitalism and class struggle

Abstract:

This essay intends to discuss the ideological production of intellectuals in their relationship with capitalist society, pointing out elements related to the dictatorship that started with the 1964 coup. society. It starts from the Marxist theoretical framework about intellectuals and their relationship with society.

Key words: Intellectuals; Dictatorship; Class struggle.



* MICHEL GOULART DA SILVA é pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O tema dos intelectuais foi objeto de numerosas pesquisas e reflexões, apontando para diferentes aspectos de sua conceituação e se de suas ações. Contudo, nas últimas décadas, observa-se o recuo da postura crítica por parte dos intelectuais, especialmente daquelas que atuam nas universidades. No capitalismo, o intelectual se vê enredado a uma situação que “contém um conflito entre um poderoso sistema de interesses, de um lado e, de outro, interesses menos poderosos ameaçados pela frustração, silêncio, incorporação ou extinção impostos pelos que detêm o poder” (SAID, 2004, p. 40). Dentro de uma perspectiva crítica, o papel do intelectual seria o de “tornar público e elucidar de maneira dialética e oposicionista” esse conflito, tendo que “desafiar e derrotar tanto um silêncio imposto quanto a quietude normalizada do poder invisível onde quer e sempre que possível” (SAID, 2004, p. 40). Nas últimas décadas, o enfraquecimento dessa postura crítica é justamente o que marca o recuo dos intelectuais.

No capitalismo, o debate em torno dos intelectuais está intimamente ligado ao da expansão das universidades e ao da produção de conhecimento. Ouriques (2011, p. 90) aponta ser possível

[...] constatar a *derrota acadêmica do intelectual* no interior de nossas universidades, ou seja, a renúncia da ambição intelectual em nomes de objetivos modestos orientados pela política oficial de publicação derivada do sistema de avaliação atualmente dominante.

Nessa análise, Ouriques (2011, p. 76-7) aponta o papel que tem “a relação entre universidade e empresa”, afinal, com isso, “atende uma demanda da indústria e até contabiliza algum recurso para a universidade”. Essa relação com os interesses econômicos também é apontada por Almeida (2012, p. 81), quando se refere “à integração do trabalho acadêmico

dentro do conjunto de atividades articuladas em torno da defesa dos interesses do capital”. Os intelectuais, mesmo se se apresentem “como promotores do avanço científico e técnico em geral”, acabam se identificando “com os interesses do capital, uma vez que é o movimento geral deste que determina as prioridades acadêmicas” (ALMEIDA, 2012, p. 81). Não há, portanto, neutralidade possível. Conseqüentemente, pode-se afirmar que

[...] as atividades intelectuais de produção da ciência e da tecnologia não se constituem processos autônomos, independentes da realidade concreta onde se efetivam. A ciência revela-se historicamente como instrumento de poder. Ela passa a atuar junto às forças produtivas de forma cada vez mais decisiva, ampliando cada vez mais sua potência econômica (ALMEIDA, 2012, p. 93).

Portanto, o processo de cooptação pelo capital leva a uma postura diferenciada dos intelectuais, especialmente aqueles que atuam dentro das universidades. Observa-se, em função disso, o “predomínio da apatia, da redução dos horizontes utópicos, para um voltar-se para dentro das instituições” (BIANCHETTI, ZUIN & FERRAZ, 2018, p. 66). Nesse processo, observa-se também a “retirada dos intelectuais” em relação aos espaços públicos, “dando origem à categoria dos ‘intelectuais institucionalizados’, que passaram a ter, principalmente na universidade, o seu *locus* de atuação” (BIANCHETTI, ZUIN & FERRAZ, 2018, p. 70). Os intelectuais se enxergam como “cientistas”, “pesquisadores” ou outras denominações que procuram passar a imagem de uma certa neutralidade, ainda que, enquanto sujeitos que vivem as contradições da sociedade, seja impossível a eles não se posicionar política e ideologicamente.

O tema do “recuo dos intelectuais” não é novidade nesse debate, pelo menos dentro do marxismo. Na década de 1990, Petras (1995, p. 63) apontava que

[...] o recuo mundial dos intelectuais das posições marxistas para outras mais “realistas” e mais cômodas e úteis para a sua carreira profissional, política ou pessoal, está intimamente relacionada com o declínio do poder do movimento da classe operária e com o poder ascendente do capital nas últimas décadas, tanto na esfera cultural quando na econômica.

Esse fenômeno teria ocorrido em outros momentos da história, diante das pressões sociais e políticas sofridas pelos intelectuais em diferentes contextos. Nesse processo, segundo Petras (1995, p. 73-4),

[...] o papel crítico dos intelectuais de denunciar o sistema e seus processos – democracia capitalista, imperialismo, relações de produção exploradoras – é substituído pela evasão e pela linguagem vazia do balbuciar do discurso. O estilo da linguagem revela a essência da perspectiva. Os intelectuais em retirada não se dirigem mais a um auditório de classe específico (a classe operária), mas às forças “democráticas”, à Europa, aos gerentes do *status quo* (os cães cêrberos culturais, os regulamentadores políticos, a elite negociadora dos pactos sociais e políticos).

Essa institucionalização dos intelectuais e sua saída da esfera política pública trazem profundas consequências para a sociedade. Os intelectuais são sujeitos que atuam diretamente no processo de produção e difusão de ideologias, intervindo politicamente ou contribuindo com a compreensão científica de uma variedade de processos. Segundo Gramsci (2014, p. 18-9),

[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a

função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.

Gramsci, assim, aponta para a posição orgânica dos intelectuais em relação às classes sociais, procurando, também, demonstrar que sua origem tem relação com as próprias relações de produção. Nesse debate, Gramsci chama atenção para um erro metodológico, que passa por distinguir essa categoria usando como critério o “que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais”, ponderando que, por exemplo, o operário “não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (GRAMSCI, 2014, p. 18). Essa compreensão entendida como equivocada por Gramsci redundava no tipo “vulgarizado do intelectual”, que é “dado pelo literato, pelo filósofo, pelo artista”, a que contrapõe:

Todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. O problema da

criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo (GRAMSCI, 2014, p. 53-4).

Portanto, a questão dos intelectuais não passa apenas pela atuação de alguns indivíduos na sociedade. O entendimento acerca do tema precisa necessariamente por entender suas determinações nas relações de produção da sociedade. Nesse sentido,

[...] quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade especificamente intelectual. Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual (GRAMSCI, 2014, p. 53).

Contudo, ainda que se tenha que buscar sua origem na concretude das relações de produção, a atuação dos intelectuais se dá no universo simbólico e cultural. Os intelectuais intervêm sobre a produção e

difusão de ideologias. Contudo, deve-se considerar que

[...] as ideologias, teorias e visões de mundo devem ser tomadas como aspectos de uma totalidade concreta, nas suas ligações dialéticas com as relações de produção, o processo de luta de classes, os conflitos políticos e as outras correntes ideológicas. Mais particularmente, devem ser compreendidas na sua relação com o modo de vida e com o pensamento, com os interesses, as aspirações, os desejos e as repulsas das classes, camadas e categorias sociais (LÖWY, 1998, p. 19).

Portanto, sua atuação como intelectual e mesmo o conjunto de ideias que difunde está relacionado à realidade concreta em que vive e aos interesses de classe a que está ligado intimamente. Entende-se, assim, que

[...] o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Outro elemento que se depreende desse método está em que os intelectuais não são uma classe, mas uma *categoria social*. Portanto, os intelectuais, ainda que sejam

uma categoria que perpassa diferentes classes sociais,

[...] não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extraeconômicas da estrutura social; do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com o político, os intelectuais situam-se por sua relação com a superestrutura ideológica. Quer dizer: os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico; eles são os *produtores diretos* da esfera ideológica, os criadores de produtos *ideológico-culturais* (LÖWY, 1998, p. 25).

Com isso, a sua origem de classe acaba não influenciando direta e mecanicamente na sua atuação dentro da sociedade. Löwy (1998, p. 26) aponta que, enquanto “categoria social mais afastada do processo de produção material, os intelectuais gozam de certa autonomia em relação às classes”. Essa autonomia se mostra relativa na sociedade do capital, na medida em que os intelectuais, em última instância, são trabalhadores que vendem sua força de trabalho e, por isso, estão sujeitos à exploração por parte da burguesia. Em função disso, acabam por oscilar política e ideologicamente entre as duas classes fundamentais da sociedade, o proletariado e a burguesia.

Normalmente, os intelectuais são reconhecidos por suas posições progressistas ou mesmo de esquerda, em função de um paradigma construído a partir da atuação do escritor francês Émile Zola em defesa do capitão Dreyfus, no final do século XIX, e seguida posteriormente por uma grande diversidade de acadêmicos e escritores, como Jean-Paul Sartre e Albert Camus. Mas, apesar dessa imagem, a existência de intelectuais conservadores não é um fenômeno novo nem isolado, como é possível perceber, por exemplo, quando se

considera a postura de Edmund Burke em relação à Revolução Francesa, no final do século XVIII. Esse processo político ganhou imediata oposição dos setores conservadores da sociedade, mobilizando não apenas os setores aliados do poder, mas também intelectuais de diferentes características (SILVA, 2020).

No capitalismo houve uma grande ampliação dessa categoria, a partir das necessidades advindas da organização da produção. Com isso, emergiu um segmento da sociedade que, a despeito da relação assalariada, não intervém diretamente no processo de produção e, do ponto de vista político e ideológico, pode assumir posições diversas em relação ao antagonismo central entre as classes. Percebe-se que

[...] o desenvolvimento do capitalismo estimulou consideravelmente um aumento no exército de técnicos, gerentes, empregados, médicos: numa palavra, a chamada “nova classe média”. Mas esse estrato, cujo aumento não tinha mistério já para Marx, tem pouco a ver com a velha classe média, que na propriedade de seus meios de produção tinha uma garantia tangível de independência econômica. A “nova classe média” depende mais diretamente dos capitalistas do que os operários. Efetivamente, estão em grande parte sob a dominação desta classe; além disso, dentro desta nova classe média, verificou-se uma superprodução considerável com sua consequência correspondente: a degradação social (TROTSKY, 2008, p. 170).

Esses segmentos médios são observáveis no processo de produção, em especial entre aqueles que assumem dentro das fábricas papéis diferentes dos operários. Constituem pessoal de escritório, gerentes e mesmo consultores de diferentes áreas profissionais. Esse segmento

[...] não possui qualquer independência econômica ou ocupacional; é empregada pelo capital e afiliados, não possui acesso algum ao processo de trabalho ou meios de produção fora do emprego, e deve renovar seus trabalhos para o capital incessantemente a fim de subsistir. Esta parcela do emprego abrange os engenheiros, técnicos, quadro científico, os níveis inferiores da supervisão e gerência, o considerável número de empregos especializados e “liberais” ocupados em mercados, administração financeira e organizacional e semelhantes, fora da indústria capitalista, em hospitais, escolas, repartições públicas etc. (BRAVERMAN, 2015, p. 341).

Um elemento fundamental da discussão passa pelo fato de que não se trata, neste debate, de igualar intelectuais e classe média, afinal alguns intelectuais podem surgir das classes dominantes; mesmo que não participem diretamente no processo de exploração, sustentam política e ideologicamente a hegemonia na sociedade. Contudo, o desenvolvimento capitalista trouxe também a necessidade do desenvolvimento científico e, com isso, da criação e do fortalecimento das universidades, enquanto instituições de ensino e pesquisa. Paulatinamente, do século XIX em diante, as universidades se tornaram, com a imprensa, o principal espaço de atuação dos intelectuais.

Essa forma de atuação garante ao intelectual uma relativa autonomia, na medida em que não responde diretamente aos interesses econômicos do capitalismo. Contudo, ainda que seu assalariamento não tenha relação direta com a propriedade privada, esse intelectual sofre as pressões das mais diversas e, na medida em que não tem uma ligação orgânica com as classes que vivem a exploração do trabalho, se tornam parte da produção ideológica da própria classe dominante. Deve-se lembrar que “os intelectuais, por seu

distanciamento da produção material e, sobretudo, pela própria natureza da sua categoria social (definida por seu papel ideológico), são o grupo da sociedade para o qual as ideologias e os valores têm a maior importância e o mais decidido peso” (LÖWY, 1998, p. 30). Contudo, a produção das ideologias tem relação com a base material da sociedade, o que significa que os produtores e difusores de ideologia têm também relação com a concretude da sociedade.

Nesse sentido é que se observa, ao longo do século XX, a paulatina cooptação dos intelectuais pela burguesia, que vai muito além da mera relação econômica de venda da força de trabalho. Na época imperialista, a partir do final do século XIX, em que cada crise do capitalismo gera profundos impactos na sociedade, exige-se a reorganização da produção e a dominação ideológica, procurando manter o processo de extração de mais valia e a dominação de classes. Os intelectuais cumprem papel central na garantia dessa dominação, especialmente na formulação de teorias que tanto permitam a superação, mesmo que conjuntural, das crises como a difusão de ideias que garantam o controle da classe trabalhadora. Com a vitória da revolução socialista em 1917, em diversos países abriu-se um processo em que se mostrava concretamente a possibilidade de superação da exploração capitalista. Esse é o pano de fundo da elaboração de ideologias que combatem diretamente o comunismo, como o são, por exemplo, o keynesianismo e a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG)

O imperialismo, ao longo do século XX, desenvolveu ou mesmo fortaleceu organizações que tem a função direta de financiar pesquisas e difundir ideologias de manutenção da ordem, como o fizeram no Brasil, por exemplo, a Fundação Ford e a Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em meio a uma universidade com orçamentos escassos, o financiamento externo ou privado se tornou a possibilidade para o desenvolvimento de pesquisas. Contudo, isso não se dá no vazio, mas a partir dos interesses privados e imperialistas das instituições que financiam esses projetos. Por outro lado, de dentro das universidades se constituiu todo um segmento que procura garantir a dominação burguesa, mostrando um verdadeiro recuo dos intelectuais como sujeitos críticos da sociedade capitalista. Um documento da CIA de 1985 sobre a “defecção dos intelectuais de esquerda” na França apontava: “A falência da ideologia marxista e o crescente desafeto em relação a ele como um sistema filosófico – desta parte mais ampla entre intelectuais de todos os espectros políticos – foi a principal fonte que dava força e difundia a desilusão intelectual com a esquerda tradicional” (CIA, 1985, p. 6). O imperialismo encarava como positivo que de dentro da própria universidade o marxismo e a ideia de revolução fossem combatidos por seus próprios pares.

Durante a ditadura, os militares fortaleceram seus próprios órgãos de difusão de ideologia e de formação de intelectuais, em especial a Escola Superior de Guerra (ESG). Coube a essa instituição a difusão de sua doutrina para toda uma parcela de civis, em especial profissionais que ocupavam cargos em governos estaduais e municipais e, também, intelectuais que atuavam em diferentes universidades. Por meio de seus “ciclos de estudos”, a Associação de Diplomados da ESG realizou praticamente todos os anos, desde o final da década de 1960 até a década de 1980, em todo o Brasil, atividades que reuniam as “elites culturais” locais. Com essas ações, “pretendia-se que a doutrina difundida pela ESG fosse apropriada por dirigentes e administradores públicos e privados e,

assim, utilizada na elaboração de análises econômicas e sociais e na realização de políticas públicas” (SILVA, 2012, p. 71).

Contudo, a participação de intelectuais no apoio à ditadura não estava restrita aos militares ou aos diferentes níveis de governo. Embora seja mais comum a lembrança de intelectuais que criticaram e até mesmo enfrentaram a ditadura, como Florestan Fernandes e Paulo Freire, uma parcela significativa de professores e pesquisadores universitários não apenas apoiou, como ajudou a manter o regime nascido a partir do golpe de 1964. Essa postura não deve ser procurada na subjetividade desses intelectuais, mas no campo concreto da luta de classes. Segundo Fernandes (2020, p. 306),

[...] por mais coerentes, íntegros e lúcidos que sejam os intelectuais pertencentes ou identificados com os interesses políticos conservadores, eles não podem romper essa barreira. No campo do conhecimento puro e da coerência abstrata, podem ir tão longe quanto a sua época e a sua geração. No plano do político, estão condenados à lógica e à dinâmica do pensamento e da ação conservadores, não podendo ultrapassar as suas acanhadas fronteiras.

No caso da ditadura no Brasil, civis e militares que atuaram nos diferentes governos encontraram dentro das universidades intelectuais dispostos a apoiar política e ideologicamente o projeto de coerção e repressão política e social que marcou aqueles regimes. Certamente que o elemento mais evidente que marca o período é a repressão desencadeada pelo Estado, que perseguiu, torturou e assassinou milhares de pessoas. Contudo, isso não teria sido possível se na sociedade ou mesmo dentro das universidades não houvesse aliados dispostos a executar os planos da ditadura. Não se trata aqui apenas da ação de interventores que aceitaram ser reitores ou ocupar cargos na

gestão acadêmica, mas também de intelectuais que orientaram suas pesquisas e seu trabalho no sentido de legitimar as ações dos militares e o seu projeto de nação atrelado aos interesses imperialistas. Trata-se, no mesmo sentido, de optar pela produção de um conhecimento sem o caráter filosófico e metodológico que permita efetivos avanços científicos, se imitando à análise dos fenômenos mais aparentes e perceptíveis de forma imediata pelo senso comum.

Esses são exemplos que mostram a relação da formação e da atuação dos intelectuais no terreno concreto da sociedade e da luta de classes. No século XX, percebe-se a transformação da universidade no principal local de atuação dos intelectuais, ao mesmo tempo que se criaram mecanismos de cooptação por meio da oferta de condições materiais para o seu trabalho. Enfraqueceu-se, assim, uma perspectiva de combate ao *status quo*, não apenas no que refere à disputa política, mas também no próprio método científico, na medida em que não interessa ao capital questionar os fundamentos da sociedade capitalista, e aqueles que se contrapõe a essa estrutura são marginalizados ou mesmo reprimidos no meio acadêmico. Uma das consequências desse tolhimento à crítica passa pelo fato de que parte dos intelectuais com posições progressistas assumem uma postura de autocensura, desenvolvendo teorias e pesquisas que criticam apenas os aspectos mais aparentes da exploração do capital e apresentam perspectivas que não rompem com os fundamentos da sociedade de classes.

Referências

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **A pesquisa acadêmica no século XXI**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio; FERRAZ, Obdália. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, “pesquisa administrada” e plágio nos tempos da cultura digital**. Salvador: UFBA, 2018.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

CIA. **France: Defection of the left intellectuals**, 1985.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, vol. 2.

LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OURIQUES, Nildo. Ciência e pós-graduação na universidade brasileira. In: OURIQUES, Nildo & RAMPINELLI, Waldir. (Org.). **Crítica à razão acadêmica**. Florianópolis: Insular, 2011.

PETRAS, James. “Os intelectuais em retirada”. In: **Ensaio contra a ordem**. São Paulo: Scritta, 1995.

SAID, Edward. O papel público de escritores e intelectuais. In: MORAES, Dênis (org.). **Combates e utopias**. Rio de Janeiro: Record, 2004

SILVA, Michel Goulart da. **Crescer com o Brasil: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975)**. Dissertação de mestrado em história. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SILVA, Michel Goulart da. **Intelectuais, ditadura e luta de classes (1964-85)** (Relatório de Pós-Doutorado). Florianópolis: UDESC, 2022

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o marxismo cultural. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020.

TROTSKY, Leon. O marxismo e nossa época. In: **O imperialismo e a crise da economia mundial**. São Paulo: Sundermann, 2008.

Recebido em 2022-09-06
Publicado em 2023-03-13